



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

EM: 27.10.2023

INÍCIO: 10h09min

PRESIDENTE: SR. RIBEIRO DO SINPOL

SECRETÁRIO: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Sob a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 38ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presidente, peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial deste Poder Legislativo.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 317/2023 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Espigão D'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito a Vossa Excelência, decano da Casa, líder, o senhor Deputado Luizinho Goebel, emitir o parecer pelas Comissões pertinentes, por gentileza.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Decreto Legislativo 317/2023, de autoria da Mesa Diretora, que "Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Espigão D'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal."

"A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decreta:

Art. 1º Fica reconhecida, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Espigão D'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública, ficam suspensos os prazos e as disposições estabelecidas nos artigos 23, 31 e 70 da Lei Complementar nº 101/2000, e dispensado o atingimento de resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 25 de outubro de 2023.".

Portanto, por ser uma matéria de calamidade pública, e em uma Sessão Extraordinária, quebra-se o rito normal do Regimento desta Casa. Por isso, estamos aqui emitindo o nosso parecer favorável em plenário pelas Comissões pertinentes.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Luizinho.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres deputados, povo de Rondônia. Esse projeto de calamidade pública no Município de Espigão D'Oeste por solicitação da própria prefeitura, tem alguns impactos. É isso que eu quero alertá-los. Vamos lá.

Por que o município pede decretação de calamidade? Qual o motivo disso? Qual o impacto prático disso? Bom, não é só para fazer discurso em cima. De fato, há lá uma situação de calamidade, está faltando água, ok. Mas, por que a prefeitura, por que o governo pede isso? Vamos lá.

Vocês sabem que quando o Poder Público vai contratar com algum fornecedor ele deve fazer uma licitação, uma ampla concorrência chamando todos os interessados. Essa é a regra. Lei de Licitação, ampla concorrência. Quando nós estamos diante de uma situação de calamidade, há algumas exceções na Lei de Licitação. É isso que eu quero abrir os olhos de vocês. Por quê? Porque uma vez decretada situação de emergência ou calamidade é possível que o Poder Pública, agora, faça uma contratação direta com o fornecedor por um prazo de até um ano.

Então, veja, nós estamos com uma situação de calamidade, fugindo da regra geral que é a licitação para, com base nessa situação de calamidade, autorizar o Poder Público a contratar

diretamente com o fornecedor. Foge à regra. Então, por que eu quero deixar registrado aqui? Porque a maioria da população não tem esse conhecimento jurídico, não sabe os impactos que decorrem da decisão que esta Casa irá tomar.

Em palavras simples, nós estamos autorizando, Deputado Luizinho, o Poder Executivo a contratar diretamente os fornecedores, sem o procedimento licitatório. Compreende?

Então, eu gostaria que a partir de agora o trabalho de fiscalização da própria Câmara de Vereadores, dos órgãos de controle e do povo fosse redobrado, triplicado, porque agora não haverá mais licitação de ampla concorrência. Haverá contratação direta por até um ano. Esse é o efeito prático – compreende? –, da decretação de calamidade e emergência. O fato existe. Ok. Falta água? Sim. Como a gente resolve isso? A gente precisa contratar carro-pipa, fornecedor, caminhão, não sei, um monte de coisa. Agora, não vai ter licitação é contratação direta. O efeito prático é isso.

Então, vamos abrir o olho e acompanhar cada contrato, porque a Assembleia Legislativa está autorizando a exceção à regra.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Perfeito Deputado Delegado Camargo.

Com a palavra, Secretário Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Excelentíssimo Senhor Presidente Deputado Ribeiro do Sinpol, cumprimentar também todos os nossos deputados presentes e também os on-line. Quero parabenizar o nosso Presidente Marcelo por trazer

rapidamente este projeto para ser apreciado no dia de hoje, mas também agradecer a todos os deputados pela participação. A gente percebe quase todos os deputados participando.

Quero reforçar, Senhor Presidente, da importância da aprovação deste projeto. E, bem colocado aqui pelo colega Deputado Delegado Camargo, mas vale a pena a gente acrescentar que a prefeitura não está isenta de continuar os seus processos de licitação. Ela continua. Apenas de forma objetiva e específica para o problema em si, ou seja, de contratação de carro-pipa ou de algo que seja específico à calamidade, à necessidade que tem essa autorização. Então, continuam os processos de licitação normalmente, seguindo a legislação atual, que é a Lei 8.666, seguindo as alterações de novas legislações atuais. Então, só para deixar esse registro.

E também fazer coro aos colegas que de imediato saíram em defesa da aprovação deste projeto. Na verdade, da pauta de trazer, nós não teríamos Sessão Extraordinária nessa semana. Tiveram colegas deputados que saíram de lugares distantes, a exemplo Deputado Luizinho. O Deputado Luizinho estava em agenda já em Vilhena, retornou para estar presente aqui. Então, do comprometimento desta Casa com as causas importantes dos nossos municípios, em especial me solidarizando aqui com o Município de Espigão D'Oeste.

Em nome do nosso Secretário-Geral do Município e eu tenho certeza, o prefeito é um prefeito que tem mostrado seriedade, tem mostrado transparência no seu mandato, está em um número altíssimo, percentual altíssimo, de aprovação do seu mandato e tenho certeza que irá fazer o melhor pelo município.

E dizer também, em nome do governo aqui, Presidente, o governo também já disponibilizou toda a estrutura que for

necessária, através do Governo do Estado – o DER e várias frentes de trabalho –, já estão à disposição do Município de Espigão e nós nos colocamos também aqui, da mesma forma, à disposição. Muito obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Meu Secretário, Deputado Alan, belas palavras. Então, complementando o que o Deputado Delegado Camargo disse, Esse Decreto de Calamidade é específico para as causas que deram origem à calamidade. É importante, Vossa Excelência com quatro mandatos de vereança em Porto Velho, dois mandatos como deputado, é bem tranquilo, lúcido, ao dar essa explicação para o povo rondoniense. Dizer também que, complementando a sua fala, o Deputado Luizinho mesmo estava fora; está aqui, agora, para essa grande importância, o Decreto de Calamidade.

Dizer que também o nosso Presidente Marcelo Cruz, imediatamente, quando foi solicitado pelas lideranças da região, o Deputado Cirone Deiró, o Deputado Cássio, o nosso amigo Deputado Jean e todos os deputados ali, prontamente o Deputado Marcelo Cruz já fez essa Sessão Extraordinária.

Agradecer também ao Presidente.

E não podemos esquecer também o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, a equipe dele toda já está lá dando todo o auxílio à cidade de Espigão D'Oeste. A nossa Primeira-Dama, Luana Rocha, com a equipe da Seas, toda a nossa equipe do governo, competente. E eu tenho certeza que, juntos, a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de Rondônia, com essa harmonia, só quem ganha é o povo de Rondônia.

E você aí, de Espigão D'Oeste, pode contar com esta Casa aqui, a Assembleia Legislativa, a Casa de Leis do povo, o templo da nossa democracia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhor Presidente, o senhor me concederia uma Questão de Ordem?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Com certeza.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Agradeço. Nobres pares, pessoas que acompanham na rede social e as pessoas que se fazem presentes. Só quero registrar uma questão muito séria. Eu gostaria de um pouquinho da atenção de cada um de vocês.

Há poucos dias nós nos deparamos com a questão do aumento do percentual de tributação sobre o ICMS. É de conhecimento de todos. Tivemos alguns colegas aqui que votaram contra; outros que votaram contra e não tiveram o voto acatado; outros, virtualmente, tentaram votar contra e também não conseguiram registrar o seu voto. E tivemos também um outro projeto muito importante aqui que foi sobre a tributação do agronegócio.

Quando a gente fala do agronegócio, para quem sabe e às vezes até soa, quando você fala agronegócio, é como se fosse o grande produtor rural, mas o agronegócio significa toda a cadeia da produção agrícola. Do pequeno, do médio e do grande. Inclusive, dos fornecedores de ferramentas, equipamentos, máquinas e insumos que compõem toda essa produção agrícola, que é a força da economia do nosso Estado de Rondônia.

A Assembleia Legislativa conseguiu rejeitar esse projeto do Governo do Estado de Rondônia sobre a tributação do agro, mas não teve a mesma sorte em não tributar a população de Rondônia que lá na ponta paga o preço com o

aumento de ICMS. Então, é só para vocês saberem do que nós vamos falar.

E naquele momento nós fizemos uma reunião entre praticamente todos os deputados. Inclusive um colega deputado foi cerceado de participar dessa reunião. Infelizmente. Não é, Deputado Delegado Camargo?

Eu nunca tinha visto isso na história de Rondônia.

Fizemos a reunião, alguns deputados optaram em vir para a Assembleia Legislativa, onde com bastante dificuldade algumas pessoas, cidadãos de Rondônia, tiveram a oportunidade de adentrar e participar da reunião.

Outros deputados resolveram ir para o Centro Político-Administrativo (CPA). Mas, isso foi uma decisão pessoal de cada um e - de conhecimento de todos - que alguns viriam para a Assembleia para atender à população; e outros iriam a uma reunião com o Poder Executivo Estadual para debater também sobre o tema ICMS. Pasmem.

O SR. ALAN QUEIROZ - Senhor Presidente, a gente está discutindo o projeto, Deputado Luizinho Goebel. Vossa Excelência está saindo da discussão do projeto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Desculpa, Deputado Alan Queiroz.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deputado Alan Queiroz, não está discutindo o projeto que o senhor está lendo aí. O senhor sabe que não está discutindo o projeto. Não está em discussão o projeto. O projeto nem foi lido.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, Deputado Luizinho Goebel, o foco. Eu estou deixando Vossa Excelência falar por respeito a Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Assegure a palavra.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, conclua, só para a gente terminar, porque nós estamos tentando...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - É porque quando a gente não explica bem, como disse o Deputado Delegado Camargo, talvez eles queiram inverter.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Eu queria só que o senhor concluísse, porque a gente está precisando dessa votação para enviar logo para Espigão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então vamos pôr bem claro, Presidente. Vou concluir, Presidente. Eu passei 12 horas de ônibus indo para Vilhena na noite de ontem. Quando cheguei, 15 minutos depois que eu cheguei em Vilhena, e que eu tinha uma agenda extensa lá, eu fui avisado 15 minutos depois que tinha a Extraordinária. E eu, com medo de não ter a possibilidade de participar on-line, peguei o ônibus, rodei mais 12 horas e estou aqui. Mas, quero dizer para vocês o seguinte.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deputado Luizinho Goebel, fique tranquilo, fale pelo tempo que for necessário, o senhor é um parlamentar, isso aqui é Parlamento. A gente tem direito de fala. E aproveito para falar, não perca o foco, porque essas interrupções são para perder o foco.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Inclusive me estranha o temperamento do Deputado Alan Queiroz. Há um desespero tão grande dele em proteger, parece, o governo. Não sei que desespero é esse, Deputado Alan. O senhor não era assim. Então, eu vou falar para vocês, desse nome que vocês falaram, eu vou falar o tamanho da covardia de Marcos Rocha. Ele está usando, tentando colar, usando algumas pessoas do governo e também algumas que têm, inclusive, cargos da Assembleia Legislativa, para dizer que se nós não votarmos o ICMS, aliás, se ele tiver que voltar atrás do ICMS, que as forças de segurança não serão beneficiadas com melhoria salarial.

Só que ele prometeu isso durante cinco anos e nunca conectou isso com o aumento de tributos. Fez ao contrário. Ele falava que jamais aumentaria e tributaria o Estado de Rondônia enquanto ele fosse governador. Então, só para vocês saberem que estão usando isso.

Também pegaram, coincidentemente, isso ele já - e aí eu vou falar da Casa Civil, do Secretário da Casa Civil, que a sua equipe, que inclusive mandou as mensagens, que nós temos várias. Júnior Gonçalves, aquele que de fato manda no governo - acho que todos sabem disso, não é? Pois é -, exonerando todas as pessoas que têm proximidade com os deputados que assinaram a proposta de lei do Deputado Delegado Camargo, do Deputado Luizinho e da Deputada Dr^a Taíssa. Inclusive ontem fizeram um Diário suplementar só de exonerações, 16 páginas de exonerações. Sabe para quê? Para pressionar deputado.

E essa prática não é só de agora. Essa mesma prática eles usaram na campanha eleitoral. Tanto que estão respondendo um processo eleitoral quando eles exoneraram servidores da Emater que não estavam apoiando o governo. E hoje estão respondendo uma ação judicial por isso.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Conclua, Deputado Luizinho Goebel, por gentileza. Conclua, por gentileza, para a gente dar esse foco.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - E a última, para concluir, Presidente. Nós, deputados, que no outro dia estivemos no CPA, tivemos a fala proibida pelo governador. Vocês sabem disso? Pois é. Mas, nós sabemos e estamos aqui colocando agora às claras. Muita sujeira, muita sujeira vai começar a sair debaixo do tapete.

E pasmem, se não fosse só isso, Presidente Ribeiro, o próprio Governador Marcos Rocha mandou ameaçar a minha pessoa dizendo que eu não tinha força para peitar um governo militar e uma máquina do tamanho do Governo de Rondônia. Governador. Governador.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Isso é gravíssimo. Isso que Vossa Excelência está falando é gravíssimo.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Conclua, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - E essa ameaça foi trazida até a minha pessoa, inclusive, lá dentro do CPA, por pessoas que falam em nome do governo, que eu quero aqui ainda deixar de falar o nome para não ficar uma situação chata para eles, mas são pessoas que têm prerrogativa de falar em nome do governador para com a Assembleia Legislativa.

Então vejam só a manobra que eles estão fazendo de forma sorrateira. Daqui para frente, eu sempre, eu estou há 17 anos na Assembleia. Eu sempre tentei ser coerente. Eu sempre tentei ser justo. Mas, agora eu tomei uma decisão da minha vida que eu vou ser muito justo, custe o que custar para mim. E eu já dei o recado para ele. Só tem duas coisas que ele pode fazer comigo: uma é mandar tirar a minha vida.

Até hoje, talvez eu seja o único deputado de Rondônia que nunca andei com segurança. E vou de ônibus praticamente toda semana sozinho para minha região e volto. Então, eu sou presa fácil. Então, primeira coisa, pode tirar a minha vida.

Segunda, pode criar narrativa ou usar, como ele mesmo disse, de um governo que é muito forte, pode usar para tentar destruir a minha reputação, mas eu sempre me esforcei muito para ser correto.

E terceiro, ele pode talvez usar, inclusive, esse Parlamento, que muitas vezes ele tem usado, para tentar tirar meu mandato.

Então, mesmo diante de tudo isso, eu estou preparado para fazer justiça no Estado de Rondônia. E encerro as minhas palavras aqui, parafraseando o Presidente do Instituto Pio XII - do Hospital do Amor - Henrique Prata, que falou o seguinte: "Marcos Rocha: um lobo vestido de carneiro".

Muito obrigado.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Senhor Presidente, por Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Com a palavra, a Deputada Dr^a Taíssa, por três minutos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Vamos votar o projeto, Presidente.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Por Questão de Ordem. Só deixar registrada uma situação? É possível? Está em discussão o projeto?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pode falar, Deputado Jean.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Só para deixar claro, que embora eu acompanhei o discurso do Excelentíssimo Deputado Delegado Camargo, ele falou que vamos votar um projeto que pode causar um impacto. E eu acredito - não sei se ele acredita -, mas eu acredito que é um impacto positivo na vida daquela população, que já faz uns dois, três dias que está sem água.

Então, esse projeto - eu tenho certeza que o Prefeito Wellington não gostaria de estar encaminhando um projeto em Estado de Calamidade Pública em que Espigão D'Oeste necessitaria de água. Então, eu acredito que esse projeto é de grande valia, sim, para aquela população.

Agora, se sai da norma geral de licitação ou se permanece, cabe aí à Câmara, cabe ao prefeito. Eu tenho certeza que ele é um cara íntegro e a Câmara tem o papel de fiscalizador, e verificar o que está acontecendo. Não cabe a essa Assembleia Legislativa. O que cabe a nós, é votar um projeto para poder amparar aquela população que precisa.

Então, se for possível a gente acelerar essa situação para poder votar, porque eles estão esperando esse projeto. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Perfeito, vou dar a fala à Deputada Dr^a Taíssa, e vamos continuar o projeto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Muito obrigado, Presidente. Eu só queria que colocasse, ... Manvailer, coloca aí o que está, mas eu preciso que coloque antes. Já? Pode abrir.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Presidente Ribeiro, nós estamos em discussão do projeto. Eu gostaria que o senhor colocasse em votação o projeto e depois, franqueasse a fala aos demais deputados. Nós temos a tarde toda, mas o projeto está em discussão, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Seguro a fala da Deputada Dr^a Taíssa e eu volto, tá? Por gentileza. Fale Dr^a Taíssa, por gentileza.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pode colocar por gentileza. Por favor? Não, é rapidinho. Pode abrir.

Quero dar conhecimento a todo o povo de Rondônia que está circulando nos grupos de WhatsApp, deputados que são contra o aumento da segurança pública. **(apresentação de imagem no telão)**

Primeiramente, sou ex-policial militar. E tenho muito orgulho de ter usado essa farda. Jamais seria contra a segurança pública. Mas, eu sou contra essa pouca vergonha de querer pegar e colocar deputado contra a população; de querer dizer que aumento de ICMS é para aumentar salário da segurança pública. A gente precisa fazer um planejamento correto aqui dentro do Estado de Rondônia. E a gente está sofrendo perseguição e colocando essas mensagens, essas *fake news* dentro das nossas bases, para querer "queimar" deputado estadual, aqui.

Assinei, sim, o projeto do Deputado Delegado Camargo. Entrei com uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade), sim, sobre a questão do ICMS, porque eu não concordo com o aumento de imposto para o nosso povo. Quem vai pagar a conta Deputado Luizinho, Deputado Ribeiro, é o povo de Rondônia. É a população que está lá na base, que vai pagar um arroz mais caro; que vai pagar um leite mais caro para o seu filho; ou o cara do agronegócio, que muitas vezes tem um plantio de mandioca, que nem na minha região, e vai sofrer demasiadamente.

Então, infelizmente, o povo de Rondônia tem que saber, nós estamos sofrendo perseguições e estão contando uma mentira para a população do Estado de Rondônia. Eu, como ex-policial militar, Deputado Ribeiro, o senhor que é da segurança pública, sabe muito bem que eu jamais seria contra a segurança pública, mas eu não concordo com uma ameaça dessa

de querer dizer que aumento de imposto é para majorar salário da segurança pública.

Aumento de imposto tem que ser extremamente fundamentado, tem que ser discutido com a classe, tem que conversar. E, aqui, nesse plenário, hoje, têm muitas pessoas do comércio e sabem muito bem, que não houve a fundamentação adequada e não houve a discussão da forma adequada. Então, para quem está fazendo *fake news*, pode ter certeza que a Deputada Dr^a Taíssa não vai se calar, não.

Obrigada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Dada a palavra à Deputada Dr^a Taíssa, agora vamos voltar ao foco.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o Projeto de Decreto Legislativo 317/2023, de autoria da Mesa Diretora. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 257/2023 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 170. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.

O projeto, Senhor Presidente, também necessita de parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito a Vossa Excelência, o senhor Deputado Alan Queiroz, emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Senhor Presidente, Deputado Ribeiro, me cabe aqui relatar, Senhor Presidente, de forma técnica, é bom dizer isso de forma clara, que muitas pessoas estão querendo usar contra a gente a nossa prerrogativa utilizada aqui dentro do Parlamento e através do plenário de dar o parecer técnico, estritamente por fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça e não adentrando, neste momento, na discussão do mérito do projeto.

Mas, o nosso relatório pelas Comissões pertinentes é de forma favorável, para que o projeto esteja pronto a esta apreciação do plenário, pelas Comissões pertinentes, porque segue aqui os ritos regimentais, legais.

Portanto, é matéria constitucional, e está apta à votação.

Agora, Senhor Presidente, eu vou aqui relacionar, de forma rápida, a necessidade da votação desse projeto. Esse projeto não chegou na Casa ontem, a exemplo do que nós votamos anteriormente. Ele já está na Casa há alguns dias e pode aqui ter alguma argumentação de que falta planejamento da Secretaria de Planejamento do Estado. Mas, a gente sabe que muitos projetos como esse chegam a esta Casa, a necessidade desse remanejamento.

Não é um aporte novo, não está aqui direcionando um recurso novo, mas é um remanejamento entre os Poderes para poder ser contemplado o salário dos servidores. E é por isso a urgência da votação. Ia votar na semana passada, mas, como

não houve Sessão Ordinária na terça-feira, nós pedimos que esse projeto viesse para ser votado hoje, porque a Folha já está muito próxima de fechar e precisamos pagar os servidores do Estado de Rondônia.

Então, esse é o nosso argumento, agora pelo mérito da matéria, pedindo aqui a aprovação dos pares ao projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado pelo parecer favorável, Vossa Excelência, Deputado Alan Queiroz.

Em discussão o parecer.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Palavra concedida ao Deputado Delegado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, eu vou pedir que Vossa Excelência apenas me dê cinco minutos, que eu possa ler aqui, já vou discutir o parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Concedido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Já entendi. Já entendi o que está acontecendo aqui. Vamos lá.

Senhor Presidente, nobres Deputados, povo de Rondônia que nos acompanha. Bom, o que está acontecendo aqui? O que é esse projeto? É um projeto encaminhado pelo governo pedindo para abrir uma suplementação lá na Sefin. O que é suplementação? Mandar dinheiro para lá. Vou traduzir: mandar dinheiro para lá. É o governo dizendo: "Ei, eu preciso tirar o dinheiro daqui e colocar aqui na Sefin, para poder pagar o pessoal da saúde. Eu preciso tirar o dinheiro" – abro aspas – "de uma conta, de um cofre que está aqui e colocar para cá, que é para pagar o povo". Traduzindo: é isso o que o governo quer.

Agora vem a pergunta: mas, por que isso? Sempre comece pelos porquês. Por quê? Não. Vamos lá, por quê? Tem o seguinte, no início do ano foi enviado aqui para esta Casa, o que popularmente nós conhecemos, na linguagem aqui dos bastidores, como "jabuti". O que é isso, o "jabuti"? Vem uma matéria tratando de um assunto e lá no meio dela, nas entrelinhas, você coloca uma outra matéria. O STF (Supremo Tribunal Federal) chama, inclusive, isso de contrabando legislativo, na linguagem do STF.

Então, no início do ano, o que aconteceu? O governo começava a manejar, tirar dinheiro de uma conta, colocar em outra, tirar daqui, de uma rubrica, coloca na outra. Tudo de forma automática, sem precisar autorização desta Casa. Quando o Parlamento aqui se deu conta disso, o pessoal, "Opa, estão tirando dinheiro de um cofre e colocando no outro sem a gente poder controlar. Vamos mudar isso". Graças a Deus, a gente mudou.

Hoje, para eles poderem alocar recursos, claro que eles têm um limite para movimentar, mas, ultrapassado esse limite, tem que vir para cá pedir autorização da Casa do Povo. Então, é por isso que isso aqui chegou. É por isso. Porque se não tivesse essa alteração que nós aprovamos nesta Casa, isso

aqui ocorreria sem ninguém saber. Porque o governo colocou esse "jabuti" no início do ano.

Eu estou falando aqui de princípios de boa-fé. Eu estou falando do princípio da observância, da transparência. Eu estou falando aqui de um princípio universal chamado respeito ao povo.

Então, esse projeto aqui está tirando dinheiro de um local, colocando em outro para fazer o quê? Para pagar aquilo que é mais justo, que é o salário decorrente do suor do povo. Está tudo certo. Vai ser aprovado. Claro, tem que pagar salário. Opa! Tem que pagar.

Só que eu estou falando sabe de quê? De desplanejamento. Compreende que governo confuso? Não, não. É parecido o nome Confúcio com confuso. É bem parecido. É parecido. Tanto que a atual equipe econômica, Deputado Luizinho Goebel, do atual Governo Marcos Rocha é a mesma equipe do Confúcio. É a mesma. Por que será? Aliás, ele era da equipe do Confúcio Moura. Surpresa? Zero. Surpresa zero, por isso que está assim. Chega de última hora, o coitado do servidor da saúde desesperado.

Eu tenho mais, ali, de 5 mil mensagens no meu celular. Não consigo ler todas, peço desculpas já. Mas, as últimas que eu vejo correndo na minha tela ali, chega está travando o celular, é o pessoal dizendo: "Deputado, aprove o nosso salário." Vai ser aprovado. O pessoal aqui vai mandar a o dinheiro, fica tranquilo. Só que, até quando? Mês que vem outro e no outro vem outro, em novembro vem outro?

Então, Senhor Presidente, só para encerrar a minha fala aqui. Eu me assusto, não me assusto não, porque eu não nasci de susto. Eu fico perplexo quando eu vejo um deputado com a experiência do Deputado Luizinho Goebel chegar nesta tribuna e dizer o que disse. Que o governo exonera servidores porque perdeu eventuais aliados políticos. Ele não está preocupado

com a eficiência. Se o cara trabalhava bem, se ele contribuía para população, se o serviço dele era transparente. Não, nada disso importa. "Ah, não me acompanhou?" Não está de acordo com o faraó? "Então toma, caneta em você". E manda embora.

Você sabe qual é o desespero dele? Ei, Marcos Rocha, eu não tenho um cargo no teu governo, lembra? Lembra quando você me ligou pedindo apoio para o segundo turno e eu falei: "Governador, mande seu plano de governo que eu vou ler." Eu falei isso para o senhor. Primeiro, o seu Secretário da Casa Civil me ligou e eu falei: "Não, se ele quiser falar comigo ele me liga." E o senhor foi obrigado a me ligar pedindo apoio. E eu lhe pedi, o senhor lembra? "Mande para mim o seu plano de governo que eu vou ler, vou comparar com o, da época, Senador Marcos Rogério e vou ver o que é melhor para o povo e eu lhe digo qual que eu vou..." O senhor nunca mandou. O senhor disse "Ah, deputado...". O senhor sabe que eu estou falando a verdade.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Conclua, por gentileza. Já passou os cinco minutos, conclua, por favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vou concluir. Vou Concluir. O senhor disse o seguinte: "Ah, deputado, nem tudo que está ali no plano de governo o senhor sabe que a gente não consegue cumprir." Agora eu compreendo. Agora as coisas se encaixam. Porque o senhor está exonerando servidores, porque não perdeu aliados políticos. E o senhor está desesperado tentando assassinar a minha reputação, talvez. Porque eu não tenho um cargo no seu governo, um desgoverno.

Portanto, só para encerrar, na próxima Sessão a gente tem mais coisa para falar, mas eu não quero fugir à matéria.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Conclua.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu vou acompanhar aqui o voto.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Em discussão ainda o parecer.

Venho aqui dizer que, após as manifestações, é um projeto importantíssimo que será votado, está se discutindo o parecer, o Projeto de Lei 257/2023, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN", para pagamento de servidores públicos da saúde - Sesau.

Acredito muito que o Governo do Estado de Rondônia tem uma gestão de solidez fiscal importantíssima, tem triplo A de solidez fiscal, tem uma equipe econômica competente, certo? Eu acredito muito na Secretária Bia, no seu planejamento da Sepog (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão). Eu acredito muito no Luís Fernando, da Sefin. Rondônia tem os maiores índices de economia, é um dos Estados que mais cresce, é o terceiro maior Estado que mais cresce em PIB (Produto Interno bruto). Várias empresas vindo para Rondônia. É a menor taxa de desemprego. Então, nós estamos, sim, trilhando um caminho certo.

Há pouco tempo, Deputado Alan, eu fui a convite do Presidente da Assembleia Legislativa representar a Casa em

Lima, no Peru. E eu vi com meus próprios olhos a presença do governador em Lima, porque, enquanto nós estávamos aqui no Brasil discutindo a eleição, nós fomos lá em Lima e vimos um porto que a China está fazendo, que está entre as dez maiores obras do mundo dos últimos 60 anos, é o Porto Chancay. O investimento, o valor final será de US\$ 4 bilhões e é uma saída estratégica da China para a América do Sul.

Então, Rondônia, Acre, Mato Grosso, o escoamento dos *commodities*, saindo por esse canal que será feito agora, inauguração ano que vem, Rondônia será, sim, uma potência, mais ainda, econômica. Nós teremos, sim, um Estado cada vez mais forte, cada vez mais rico.

Eu acredito muito na defesa, na gestão do Governador Marcos Rocha. É um homem humilde, cristão, sei muito bem das qualidades dele como governador. Confio nele, sei muito bem que a Assembleia Legislativa – como foi falado – é o templo da democracia. Todos os pares podem falar o que quiserem, mas o Governador Marcos Rocha, equipe econômica, vamos aprovar, sim, esse aumento de R\$ 18 milhões e depois nós vamos, sim, conseguir aprovar esse crédito para pagar todos os servidores que tanto precisam receber o salário na próxima terça-feira.

Por gentileza, Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Presidente, só para a gente encaminhar para encerrar a votação, que eu acredito que é o mais importante, e, em um momento oportuno eu vou me manifestar, porque eu acredito que eu respeitando, sou defensor do Regimento, e, respeitando o Regimento, eu vou me ater à discussão do projeto. Está certo?

Sou base aliada do governo. O governo está no caminho certo. Em alguns momentos têm decisões que impactam, que não são tão bem vistas aos olhos da população, mas, ao longo, o tempo vai dizer, não é? O mandato dele – foi reeleito –, então, mostrou que está no caminho certo e isso vamos ver lá na frente. Certo? Então, vou me ater à discussão do projeto.

Obrigado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação o Projeto de Lei 257/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN.”

Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, Senhor Presidente, a deliberar.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e, antes de encerrar

a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 31 de outubro, em horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 52 minutos)

(Sem revisão dos oradores)